

# A OCUPAÇÃO URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ: uma história de segregação\*

Ana Lúcia Rodrigues\*\*

## RESUMO

Este artigo busca responder como o espaço urbano da região metropolitana de Maringá (RMM), Paraná, se desenvolveu destituído dos problemas inerentes à maioria das cidades brasileiras, como favelas e ocupações irregulares. Um mapeamento da composição sócio-ocupacional da população desta região, através de metodologia das categorias sócio-ocupacionais (CATs), que pressupõe o local de residência e a inserção dos habitantes no mercado de trabalho como indicadores inequívocos da estrutura social, possibilitou verificar que há uma hierarquia descendente, das áreas centrais para as periféricas, na ocupação do espaço regional e de cada município. A configuração socioespacial da região metropolitana mostrou-se marcada pela segregação, já presente no projeto inicial da cidade, e, atualmente, aprofundada pelo processo de reestruturação que vem sofrendo o mundo do trabalho, que, ao alargar as barreiras entre atividades qualificadas e não-qualificadas, vem cooperando com a manutenção da ocupação desigual do espaço urbano regional maringense.

**Palavras-chave:** cidade; segregação socioespacial; desigualdade; pobreza.

## ABSTRACT

The present article aims at studying how the Maringá Metropolitan Region urban area has developed without having problems such as slums and irregular occupations, which are inherent to most Brazilian cities. When we mapped that area social-occupational formation through the social-occupational category methodology (CAT), we took into consideration the inhabitant residence and job market as unequivocal indicators of social structure. Then, we noticed there was a descending hierarchy from downtown to the periphery concerning the occupation of the municipality regional area. The Maringá metropolitan area socio-spatial configuration has shown a strong segregation since it was first designed. Nowadays, such segregation is strengthened by the structuring process that extends the barriers and differences between qualified and non-qualified activities, thus helping to maintain the historical inequality concerning regional urban space occupation.

**Key words:** city; socio-spatial segregation; inequality; poverty.

\*Este artigo compõe parte da tese de doutoramento da autora, vinculada à Rede de Pesquisadores Pronex/CNPq, intitulada "Metrópole, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana", sob coordenação de Luiz César de Queiroz Ribeiro, do IPPUR/UFRJ, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Lúcia M. M. Bógus.

\*\*Socióloga, doutora em Sociologia Urbana pela PUC/SP. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e coordenadora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Região Metropolitana de Maringá. e-mail: analucia@creapr.org.br

Artigo recebido para publicação em janeiro/2005. Aceito para publicação em junho/2005.

## 1 INTRODUÇÃO

Maringá, aos 57 anos, é classificada como uma cidade de “porte médio”, assim definida pelo IBGE (Censo Demográfico de 1991) por se tratar de um “centro urbano não-metropolitano e não-capital com população entre 100 mil e 500 mil habitantes” (ANDRADE; SERRA, 2001, p.vi), cuja configuração urbana ainda se mantém fiel ao projeto original. Ou seja, a mesma organização socioespacial estabelecida na fundação da cidade, planejada num arrojado projeto urbanístico, não apenas se manteve, mas se aprofundou desde então. A implementação do espaço urbano maringaense definia a possibilidade de uma ocupação residencial diferenciada segundo as condições econômicas dos compradores. Essa diferenciação resultou numa segmentação socioespacial, geradora de um espaço inter e intra-urbano segregado, conforme os conceitos descritos por Ribeiro (2003).

A análise empreendida dos padrões de segregação socioespacial em Maringá pressupõe uma abordagem sobre a conjuntura nacional e internacional de cujo procedimento os padrões maringaenses sofrem interferência.<sup>1</sup> O ponto de partida desse procedimento é o quadro de crise econômica e social que se configurou a partir dos anos 1970 no Brasil, reflexo das readaptações na produção capitalista, que incorporou os modernos avanços tecnológicos.

Recentes estudos evidenciam a existência de ligações entre mudanças estruturais da produção e configurações socioespaciais, em que principalmente duas destas mudanças teriam atingido a estrutura das metrópoles brasileiras, conforme apresentadas por Lago (2000a). A primeira refere-se à economia nacional voltada à exportação e a segunda destaca a ocorrência, na atividade econômica do País, de expressiva participação do setor financeiro, no processo de reestruturação produtiva da economia mundial globalizada. Essa conjuntura derivou, para o setor econômico, em modificações marcadas por profundas crises, cujos efeitos resultam, sobretudo, na precarização das relações de trabalho, no rebaixamento dos salários, na ininterrupta do ciclo de aumento da pobreza e no aumento das desigualdades de renda (LAGO, 2000a, p.34).

A desigualdade é um traço histórico e dominante na estruturação da realidade social brasileira, cujas raízes remontam à nossa história escravista e aos mecanismos de posse da terra, regulamentados na “Lei de Terras”, de 1850. Num país com índices de pobreza bastante altos, Maringá se apresenta como a “Dallas brasileira” (LIMA, 1999, p.128-129), aparentemente sem grandes desigualdades sociais, o que se sugere principalmente pela inexistência de favelas e de ocupações irregulares.

Pretende-se examinar, neste artigo, o tratamento dado a problemas como esses, inerentes à maioria das cidades brasileiras,<sup>2</sup> e outros associados à pobreza, além de averiguar algumas das políticas públicas que orientaram as ações definidoras do traçado planejado para a cidade que possibilitaram, no processo de crescimento, que o desenho fosse mantido como no plano inicial, tanto nos seus aspectos urbanísticos quanto nos socioeconômicos.

---

<sup>1</sup>Para tal, tomou-se como referência a produção realizada pelos pesquisadores que compõem a Rede Observatório das Metrópoles ([www.observatorio.tk](http://www.observatorio.tk)), posto que estes vêm desenvolvendo tais estudos, à luz da literatura internacional, acerca do impacto da reestruturação produtiva e da globalização sobre as regiões metropolitanas brasileiras, principalmente no que concerne aos novos arranjos da segregação residencial.

<sup>2</sup>Ver pesquisas da Rede Observatório das Metrópoles nas referências apontadas neste trabalho, bem como na *home page* [www.observatorio.tk](http://www.observatorio.tk)

Julgamos que a ação do poder público municipal, aliada à do mercado imobiliário, revestiu-se, desde o início, de um caráter definidor da cidade como um espaço segregado socialmente e, para comprovar isto, busca-se verificar se há uma hierarquia socioeconômica na ocupação do espaço urbano pela população, a qual teria se reproduzido a partir do modelo núcleo-periferia (instrumental teórico utilizado pelo urbanismo e áreas afins) para explicar a ocupação urbana desta espacialidade.

A ocupação urbana extravasou o âmbito municipal em direção à região metropolitana de Maringá (RMM), atualmente composta pelos municípios de Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Iguaraçu, Ângulo e Floresta, onde ocorrem manifestações deste fenômeno a partir de um arranjo espacial que operacionalizou a segregação da pobreza para outros municípios e permitiu ao município-sede preservar as características urbanísticas – privilegiadas – previstas no projeto inicial, que asseguraram à cidade uma configuração ajardinada e bela.

Portanto, o território do município não comporta as explicações sobre sua ocupação, pois ela excede o seu limite avançando para o entorno maringaense que formou, com os municípios contíguos Sarandi e Paiçandu, uma única mancha urbana. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1945) projetou a cidade com espaços residenciais diferenciados que deveriam ser ocupados pelas classes respectivas: no centro da cidade e proximidades localizaram-se as áreas residenciais “principais”, a oeste as “populares”, e a leste, próximo à zona industrial, a área residencial “operária” (figura 1).

FIGURA 1 - LEGENDA CONSTANTE DO PROJETO INICIAL DE MARINGÁ



FONTE: Projeto Memória - Secretaria de Cultura e Patrimônio - PM de Maringá

Pressupõe-se que a definição inicial que diferenciava os espaços para moradia foi, por si só, um indicativo de segregação social que originou o deslocamento das camadas populares para as extremidades marginais (bordas) da cidade desde o princípio da ocupação.

Nos dias atuais essa definição tornou-se evidente na configuração residencial de Maringá, onde se observam distinções na ocupação residencial segundo a condição de classe: as rendas altas ocupam a área previamente definida como principal, além de uma parcela da área inicialmente projetada para as classes populares (zonas 4 e 5); as rendas médias ocupam a área destinada, no projeto inicial, às classes operárias (Vila Operária); e as rendas baixas se localizam nas áreas de expansão que se desenvolveram fora do primeiro traçado (os novos conjuntos habitacionais).

Além do afastamento da população de baixa renda para a periferia do perímetro urbano, ocorreram processos sociais, econômicos e políticos em Maringá que excluíram essa população dos próprios limites do município, afastando-a para cidades vizinhas, como Sarandi e Paiçandu, até hoje aglomerações urbanas desprovidas da infra-estrutura básica, presente em Maringá desde o início de sua fundação.

O instrumental metodológico e conceitual utilizado neste artigo pressupõe que a sociedade capitalista constrói e reproduz a desigualdade no próprio processo de produção da vida. Optou-se pela metodologia das “Categorias Sócio-Ocupacionais” (PRETEICELLE, 2000; RIBEIRO, 2000; LAGO, 2000a) para representar a desigualdade social do espaço urbano através da construção da *hierarquia sócio-ocupacional*, e buscou-se averiguar, através do georreferenciamento de dados do Censo Demográfico 1991 (IBGE, 1996), se ocorrem, no espaço urbano metropolitano de Maringá, processos de segregação social. O que pode ser visto a olho nu é uma realidade socioespacial segmentada, com a periferização da pobreza em Paiçandu e Sarandi, municípios que assimilam os moradores cujas rendas são insuficientes para custear sua residência em Maringá.

A análise das desigualdades sociais no espaço metropolitano trata do cruzamento de um conjunto de indicadores (relativos às condições de vida da população e à distribuição de equipamentos e serviços) com o mapa digitalizado por AED (Área de Expansão Demográfica), definida pelo IBGE como recorte espacial ou base territorial da pesquisa. A análise permitirá identificar em profundidade o quadro de desigualdades na RMM, na observação das distinções de equipamentos entre as áreas urbanas.

Em Maringá, o Executivo e o Legislativo municipais governam a partir de planejamento global e de longo prazo. Inicialmente, através do “Código de Posturas” que implementou as ações planejadas, juntamente com o plano original da empresa fundadora para o crescimento urbano e, na seqüência, todo o processo de desenvolvimento maringaense passou a ser dirigido pelas disposições definidas em planos diretores para a cidade que têm sido postos em prática desde 1968.

Limitar-nos-emos, aqui, à descrição do desenho socioespacial de 1991 da RMM e de alguns processos socioeconômicos que, na última década, foram determinantes das atuais configurações do espaço urbano regional, buscando relações entre as duas fontes de informação. Num primeiro momento serão apresentados breves elementos da história da formação da cidade, pois neste processo é que se deu o estabelecimento das bases da diferenciação social, por meio da prévia segmentação dos espaços a serem comercializados e da significância das políticas urbanas públicas e do mercado imobiliário no processo da configuração espacial que se constituiu.

A seguir analisa-se a configuração do quadro de desigualdades socioespaciais na RMM em 1991, através das categorias sócio-ocupacionais (CATs), ou da inserção no

mercado de trabalho, do perfil social e das condições urbanas de vida da população desta região metropolitana. A análise consistirá na busca das dinâmicas sócio-econômicas e de produção do espaço construído, associando-as à estrutura socioespacial. Pretende-se avaliar em que medida as especificidades dos processos locais destacam-se na configuração da cidade e região, considerando que o desenho socioespacial que Maringá mantém tão intimamente relacionado ao seu projeto inicial guarda características bastante distintas da maioria dos espaços urbanos da região metropolitana.

## 2 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MARINGÁ: a ação dos agentes imobiliários e do poder público

O conjunto urbano que compõe a região metropolitana de Maringá obedeceu, desde sua gênese, a uma orientação que reproduziu no território processos de desigualdade social principalmente pela ação do mercado imobiliário, pois o empreendimento bem-sucedido concedeu à Companhia Melhoramentos e às empresas imobiliárias ulteriores grande prestígio econômico e político na cidade e na região. Tal poder possibilitou a continuação do processo inicial que segmentou as áreas a serem comercializadas, segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, através do fomento, ao longo de mais de meio século, de uma ocupação residencial também segmentada.

Quando se fala da cidade-sede desta região, Maringá, a primeira característica que a identifica relaciona-se ao planejamento. O ideário urbanístico que serviu de paradigma ao planejamento das cidades na primeira década do século XX contém os elementos que inspiraram o engenheiro Jorge Macedo Vieira (1894-1978) na elaboração do projeto urbano de Maringá, como alguns aspectos do modelo da *cidade-jardim* e certas espacializações funcionais, afeitas às orientações modernistas da Carta de Atenas.

Para melhor compreendermos a formação ora descrita, observa-se, no mapa a seguir (figura 2), o plano original de Maringá e, em destaque, a legenda que o compõe, (ver figura 1), que previa as seguintes áreas para a cidade: 1) edifícios públicos; 2) núcleos comerciais; 3) escolas, hospitais, igrejas, asilos etc.; 4) armazéns; 5) dependências da estrada de ferro; 6) zona comercial; 7) zona industrial; 8) zona residencial principal (zona 2); 9) zona residencial popular (zona 5); e 10) zona operária (zona 3).

O urbanista José Vicente Socorro<sup>3</sup>, em entrevista concedida em 26 de janeiro de 2004, destaca como característica do plano original uma mescla de traçado que combina o tradicional desenho xadrez no centro da cidade (zona 1) com as circunscrições da cidade-jardim da *zona residencial principal* (zona 2), *popular* (zonas 4, 5 e 8) e *operária* (zona 3) definidas pelos elementos topográficos dos terrenos. Para ele, o modelo da cidade-jardim é predominante também nas áreas oriundas do processo de abertura dos novos loteamentos, principalmente a partir de 1977, quando foram dadas as diretrizes viárias para a cidade, num prolongamento das vias já definidas no projeto original.

<sup>3</sup>José Vicente Socorro é arquiteto urbanista vinculado ao processo de planejamento de Maringá, pois compõe, desde 1968, todas as equipes técnicas que têm formulado e reformulado os planos diretores da cidade, bem como outros planos de várias cidades da região.

FIGURA 2 - PLANTA DA CIDADE DE MARINGÁ - 1945 (ANTEPROJETO)



FONTE: Projeto Memória - Secretaria de Cultura e Patrimônio - PM de Maringá

Observa-se, pela legenda do projeto inicial, que em Maringá repete-se o mesmo padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu no País, especialmente a partir da década de 1950 (LAGO, 2000a, p.39), sem, entretanto, reproduzir algumas expressões que esse padrão gerou na maioria das cidades brasileiras, a exemplo da favela. Apesar de ter constituído a paisagem maringaense, atualmente não há favelas em Maringá. Elas foram subtraídas da cidade também porque localizavam-se próximas às áreas centrais, principalmente nas imediações do cemitério, região de alto valor imobiliário.

A zona residencial principal (zona 2) se constituía no local de moradia privilegiado da cidade, cuja ocupação se limitava à residencial, mantendo-se ainda hoje com este perfil. Além disso, sendo contígua à zona central, localizada ao norte, os moradores acessam facilmente, devido à curta distância, o comércio e os serviços (privados e públicos) oferecidos no centro. Outra vantagem que distinguia (e distingue) essa área diz respeito à "apartação" dos bairros que abrigaram as classes operárias e populares, que, como se afirmou, ficaram separados a leste (zona 3, operária) e a oeste (zona 5, popular) pelos dois bosques que cercam a zona 2. Aqui identifica-se a gênese do processo de segmentação do espaço urbano maringaense, dada pelo valor dos lotes, mais elevado neste último bairro que nas outras áreas residenciais (com exceção da área central, que era a mais valorizada pela miscigenação dos usos).

Enfim, o ideário do projeto que inspirou os fundadores de Maringá trazia em si o entendimento de que a realidade podia ser planejada e mantida mediante mecanismos contidos em planejamento, seja de iniciativa dos agentes imobiliários, do poder público,

ou, neste caso, dos dois agentes. Pois, aliado a todos esses fatores, há ainda, na década entre 1930 e 1940, conforme argumenta Gonçalves (1999, p. 113), o ambiente do pós-guerra, desencadeador de crises internacionais que remeteram os governos à implementação de diversos projetos de intervenção planejadora do crescimento pelo Estado (keynesianismo),<sup>4</sup> levando esta companhia a um empreendimento privado e planejado que lhe rendeu lucros inigualáveis, que têm como causa principalmente “[...] o bom trânsito da CTNP entre burocratas e governantes, o que assegurou custos baixíssimos na hora de comprar terras” (*apud* KATZMAN, 1978, p.709-724).

Quando o projeto ofertava os terrenos aos inúmeros compradores, que os adquiriam, junto comercializava-se, também, a cidade que se pretendia construir – uma cidade planejada, com todas as simbologias que intensa publicidade já ligara a esta região, referenciada com expressões como “Nova Canã”, “Eldorado”, “Terra onde se anda sobre o dinheiro”, “Terra da promessa” e, mais recentemente, a “Dallas Brasileira”. Por fim, planejada numa fase do urbanismo que associa a divisão do trabalho e a acumulação capitalista, que caracterizam as cidades modernas, à propriedade do solo urbano, tornou-se, ela mesma, um mecanismo de reprodução do capital.

Maringá resultou de um projeto de cidade que, em 50 anos, deveria alcançar 200.000 habitantes. Foi colonizada como um grande empreendimento econômico, prolongamento da expansão cafeeira do estado de São Paulo. A chamada frente pioneira da cafeicultura alcançou as divisas do estado do Paraná (Região Norte) através da comercialização de pequenos lotes (com área que variava entre menos de 3 alqueires paulistas a, no máximo, 10 alqueires),<sup>5</sup> sendo raros os casos de venda de grandes propriedades. Com uma rapidez sem precedentes, tornou-se em poucos anos, juntamente com Londrina, um dos principais produtores agrícolas do País e, ao mesmo tempo, um dos municípios com maior grau de urbanização e incremento demográfico do Estado.

O Paraná se beneficiou da prerrogativa de poder cultivar 50.000.000 de pés de café, pois não possuía, então, quaisquer lavouras cultivadas. Foi esse atrativo – a permissão para o plantio – que trouxe os compradores às terras do Norte do Paraná, procedentes, sobretudo, do estado de São Paulo, cujas lavouras já ultrapassavam as cifras permitidas pelo convênio.

A produção do espaço urbano constituído não apenas por Maringá, mas por toda a área da RM maringense, obedeceu, desde sua gênese, a uma orientação que reproduziu, no território, como anteriormente anunciado, processos de desigualdade social pela ação do mercado imobiliário. Ao segmentar as áreas a serem comercializadas, segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, esse mercado fomentou, ao longo de mais de meio século, uma ocupação residencial claramente segregada.

Quando falamos sobre segmentação e diferenciação<sup>6</sup> do espaço no projeto inicial de Maringá, referimo-nos a uma categoria que expressa a hierarquia social no território e, ainda, a chances desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela

<sup>4</sup>Para aprofundar o tema, ver IANNI (1977).

<sup>5</sup>Um alqueire paulista corresponde a 24.200 m<sup>2</sup>.

<sup>6</sup>Os conceitos de diferenciação, segmentação e segregação social que utilizamos vêm sendo reelaborados por Ribeiro (2004); e na produção deste autor, bem como na dos pesquisadores componentes da Rede Observatório das Metrópoles, tais conceitos podem ser aprofundados.

cidade (MENDONÇA, 2002, p. 11-12). Noutras palavras, entendemos que a cidade acabou definindo uma espacialidade que separou os moradores conforme suas possibilidades econômicas de acesso ao solo urbano e, ao fim, segregou-os num limite tão extremo que os grupos de renda baixa da população só encontraram possibilidade de moradia fora dos limites da cidade, no entorno metropolitano. As observações de Socorro (2004), que se seguem, constituem uma análise do zoneamento contido no projeto inicial que reitera nossa afirmação: *“Foi um zoneamento por renda. Mas também tinha alguma coisa de funcional [...] No caso da zona 2, por exemplo, que ficava imediatamente na frente do centro, a mais bem localizada e de alto padrão, entre dois bosques, supernobre, delimitada pelo centro, por um bosque e por outro bosque”*.

Partimos do pressuposto de que ao se assinalar grupos sociais entre os que terão acesso diferenciado a espaços distintos, implementa-se uma ação segregadora, pois se associa a bipolaridade social (ricos e pobres) às possibilidades de escolha dos bens a adquirir, conforme a condição de vida.

Conseqüentemente, a diferenciação entre os grupos sociais quanto à probabilidade de aquisição de bens é um ato de segregação. Esta pesquisa tem como objeto exatamente o desenvolvimento do espaço urbano de uma região cuja cidade-pólo sempre se caracterizou pela realização de empreendimentos imobiliários em áreas centrais ou adjacentes, dirigidos à elite, destinando, em contraposição, espaços periféricos às classes populares. Um exemplo deste tipo de ação segregadora é o conjunto de procedimentos a que chamamos desfavelização, que afastou as aglomerações populares de baixa renda das áreas centrais e pericêntricas (que haviam invadido espaços não destinados a elas no plano original) não apenas para as periferias do município-pólo, mas também para as periferias dos municípios do entorno, principalmente através dos processos de desfavelamento ocorridos nos anos 1970 e 1980.

A hierarquização social do espaço foi resultante das definições do mercado imobiliário para a ocupação da cidade, representado no início da fundação exclusivamente pela Companhia Melhoramentos, a quem interessava a segmentação socioespacial na medida em que a elitização de determinados espaços possibilitaria sua comercialização a preços muito maiores, como se verá adiante.

No entanto, destaque-se ainda, nesse processo, a presença do poder público, outro agente também responsável pela definição do tipo de urbanismo que se implementou em Maringá, pois foi o poder público, em última instância, que reiterou, por meio do planejamento e das políticas urbanas definidas, qual cidade se edificaria. O que ocorreu, inúmeras vezes, foi a presença no governo municipal (executivo ou legislativo) de indivíduos que também atuavam no mercado imobiliário,<sup>7</sup> exceção ao poder executivo no primeiro mandato, que enfrentou forte resistência da companhia incorporadora. Entretanto, a empresa conseguiu amplo apoio do legislativo para aprovar vários projetos que interessavam a ela particularmente.

---

<sup>7</sup>Napoleão Moreira da Silva (vereador), funcionário da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná; Ulisses Bruder (vereador), funcionário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; Salvador Lopes Gomes (vereador), construtor; Divanir Brás Palma (vereador), proprietário de construtora; Kazumi Taguchi (vereador), corretor de imóveis/imobiliária; Edmar Arruda (vereador), proprietário de Construtora (MARINGÁ. Câmara de Vereadores, 2004).



No conjunto de políticos que compuseram a Câmara de Vereadores, na primeira legislatura, encontra-se o funcionário da Companhia, Napoleão Moreira da Silva, que garantiu a viabilização de várias demandas da empresa ao enviar para apreciação do Legislativo projetos que favoreceram os interesses da Companhia, como aqueles que garantiram benefícios fiscais que a isentaram de pagar tributos municipais de todos os terrenos de sua propriedade.<sup>8</sup> As afirmações de um dos imobiliários por nós entrevistados<sup>9</sup> também se referem a nomes de indivíduos que exerceram as duas funções (político e agente imobiliário): “[...] quem mexeu primeiro com esse negócio foi a Companhia e depois veio o Alexandre Rasgulaeff. Fez o Alvorada e depois apareceram diversos outros, que ainda estão em atividade. Inclusive o irmão do Álvaro Dias [atualmente senador], o Orlando Dias, da Orcello, que fez o Jardim Oásis” (IWATA, 2002).

Mesmo anteriormente, quando a companhia fundadora mantinha com o Estado as negociações de compra das terras do Norte do Paraná, já havia a influência de pessoas ligadas ao poder político estadual ou federal, como mostra o historiador Gonçalves (1999, p.105-106), ao afirmar que os empresários paulistas e ingleses contaram com a valiosa assessoria do advogado João de Oliveira Franco, que, em 24 de abril de 1931, foi o principal negociador paranaense do Convênio dos Estados Cafeeiros. Franco chegou a ser diretor de uma empresa ferroviária pertencente ao grupo inglês que controlava o Norte Novo do Paraná. Em 1938 foi convidado para ser secretário da Fazenda, Indústria e Comércio do Estado do Paraná. No ano seguinte Getúlio Vargas nomeou-o Interventor Interino. Outro elemento dotado de grande prestígio político foi o banqueiro Gastão Vidigal, que chegou a ser ministro da Fazenda durante grande parte do ano de 1946. Ele tinha sido um dos principais arrematadores de interessados em adquirir a empresa. Foi ministro quando ainda estavam sendo definidas as orientações estratégicas que o grupo de empresários paulistas, novos proprietários da CTNP, a partir de 1944, daria à firma. Por fim, logo depois do golpe militar de 1964, Aníbal Bianchini da Rocha<sup>10</sup>, importante diretor-agrônomo da empresa, foi secretário da Agricultura do governo Ney Braga, no estado do Paraná.

Podemos dizer que o empreendimento de abertura dessa região, também graças às relações com o poder político, à época, resultou num bem-sucedido investimento imobiliário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, pois ela adquiriu do estado do Paraná 350 mil alqueires paulistas a preços muito baixos. Observemos o montante do lucro auferido pela empresa nas informações de Estrada (1961, p.49), que mostra que o custo de cada data, para a Companhia de Terras, foi de sessenta centavos (CR\$ 0,60) e que um alqueire paulista comporta trinta e cinco datas (terreno de 13/40 metros). Portanto, vendendo essas datas, em média, a cem mil cruzeiros cada uma, a empresa obteve aproximadamente duzentas mil vezes mais o preço do custo, ou, um lucro “razoável”.

---

<sup>8</sup>Lei n.º 13/55 – Decreto-Lei da Câmara Municipal autorizando o Poder Executivo a cancelar a “Dívida Ativa” do Exercício de 1953. Em Parágrafo Único rezava que “As ações executivas propostas em juízo ficarão também sem efeito, devendo o Poder Executivo providenciar a solução dos mesmos [...]”. Ou seja, todos os débitos da Cia. referentes a IPTU de mais de 4.000 terrenos foram cancelados.

<sup>9</sup>Sílvio Iwata (2002), imobiliário estabelecido em Maringá desde o início dos anos 1960.

<sup>10</sup>Funcionário da empresa em Maringá desde sua fundação.

Os preços dos terrenos foram diferenciais na definição de quais classes socioeconômicas ocupariam cada área. Os preços dos terrenos na área central, na zona 1, eram mais altos, oscilando entre Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 160.000,00. A zona residencial chamada “popular” representou o maior volume inicial de vendas, no período entre 1950 e 1952, perfazendo um total de 1.116 lotes vendidos a preços que oscilaram entre Cr\$ 3.000,00 e Cr\$ 10.000,00. Os lotes da zona 7, destinados a famílias de rendimentos médios a baixos, foram, na sua maioria, comercializados a preços que variaram entre Cr\$ 3.000,00 e Cr\$ 20.000,00; os das zonas residenciais principais, a zona 2, entre Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 20.000,00, e os da zona 4 entre Cr\$ 20.000,00 e Cr\$ 40.000,00 (LUZ, 1980).

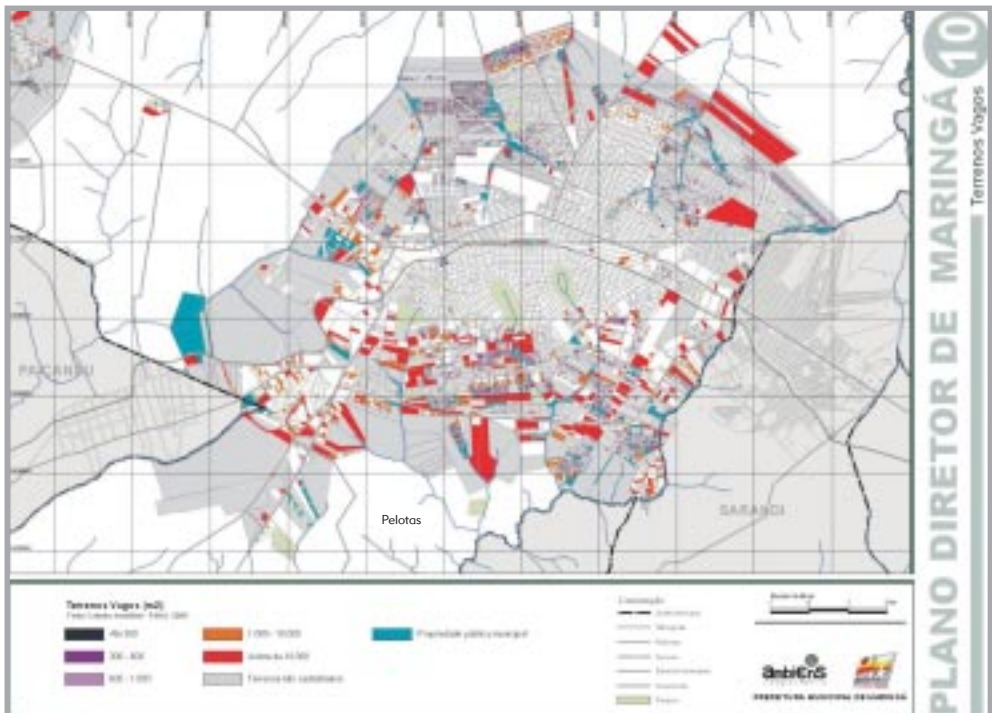
O conjunto atual dos agentes imobiliários, titulares do “mercado” de imóveis, é formado por um contingente mais abrangente do que apenas os imobiliários que, na maioria das vezes, desempenham o papel de intermediadores nos negócios.<sup>11</sup> Esse mercado compõe-se também de construtoras, incorporadoras e loteadoras, bem como dos agentes financeiros públicos e privados e do proprietário de imóveis, aquele que eventualmente realiza compra e venda de imóvel ou, ainda, aquele que tem nessa atividade econômica sua principal fonte de recursos, numa prática em que os proprietários dos terrenos urbanos conseguem auferir rendas ou lucros oriundos apenas da propriedade.

Em Maringá, o peso do setor empresarial na comercialização dos terrenos prepondera sobre a informalidade na determinação do desenho urbanístico que se configurou. A Companhia Melhoramentos atuou como único agente de vendas dos lotes no início do desenvolvimento da cidade. As práticas especulativas fomentadas pela ação privilegiada do mercado têm gerado, no interior dos espaços urbanos, grandes áreas que ficam à espera de valorização. São os chamados “vazios urbanos”, comuns no processo de expansão das cidades em geral e que caracterizaram também o crescimento mais recente de Maringá. Atualmente, a área urbana de Maringá tem 13.675 hectares. Neste espaço, 6.212 hectares se compõem de terrenos em que não há qualquer edificação, portanto 45,42% do perímetro urbano maringaense constitui-se de terrenos vazios, utilizados para plantação de soja, trigo, milho etc., em plena área urbana, servido por estrutura de asfalto, energia, telefonia, rede de água e esgotos etc. Dentre os terrenos urbanos vazios, 2.417 são cadastrados como tal e 3.795 sequer têm seu cadastro junto à prefeitura, sendo ainda registrados como rurais junto ao Incra (MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, 2004). Esta estrutura urbana pode ser observada em qualquer foto aérea da cidade, ou ainda no mapa a seguir, onde todas as áreas destacadas em vermelho constituem terrenos vagos com mais de 10.000 m<sup>2</sup>, inclusive em espaços já loteados, próximos ao centro (especialmente ao sul da cidade), abertos para ocupação e dotados de infra-estrutura (figura 3).

---

<sup>11</sup>Atualmente, estão estabelecidas em Maringá 150 imobiliárias, com aproximadamente 600 corretores de imóveis autônomos. Contudo, sabe-se que o montante de corretores não-credenciados junto ao Conselho, conhecidos como “picaretas”, atuando na cidade e região, é muito maior que o dos credenciados. Curiosamente, nas duas cidades contínuas a Maringá, em Sarandi e Paiçandu, encontram-se, na primeira, apenas três imobiliárias e quatorze corretores autônomos, e, na segunda, nenhuma imobiliária com 3 corretores credenciados, ou seja, um número muito pequeno de empresas estabelecidas e corretores filiados ao conselho (CRECI/PR, 2003).

FIGURA 3 - TERRENOS VAGOS - MARINGÁ - PARANÁ - 2000



FONTES: Prefeitura Municipal de Maringá - SEDU, 2004

Embora Maringá apresente aspectos singulares no processo de ocupação urbana, oriundos do fato de ser uma cidade planejada, neste particular não se diferencia da maioria das cidades de todo o Brasil. O crescimento urbano se deu com a permissão, pelo poder público, da ocorrência desses vazios e do financiamento do ônus decorrente deles. A existência de espaços não ocupados no perímetro urbano se relaciona, normalmente, à prática de favorecimentos políticos, de administrações baseadas em benefício privado (próprio ou de terceiros), enfim, de clientelismos de toda ordem. Prática que constitui um empecilho para a efetivação da função social da propriedade, prevista pelo Estatuto da Cidade, e para uma ocupação mais democrática do solo urbano, dificultando, ainda, o rompimento dos favorecimentos que, em Maringá, têm garantido os interesses do capital imobiliário em oposição aos das classes de menores rendas, segregadas na periferia da cidade ou nos municípios do entorno.

Um dos instrumentos que vêm garantindo o perfil de ocupação do solo urbano maringaense é o Plano Diretor de Desenvolvimento. A Lei n.º. 621/68 instituiu o primeiro Plano Diretor, fixando as suas diretrizes fundamentais em 9 de outubro de 1968, em acordo com os objetivos do Estado. Alguns princípios orientadores básicos foram estabelecidos para o Plano: a) prioritariamente, a busca da consolidação de Maringá como pólo da região Noroeste do Paraná; b) a necessidade de diversificar a economia, eliminando a dependência do café; c) a busca da promoção de "uma eficaz organização de suas comunidades e do comportamento das populações urbanas", não ocorrida devido

à acelerada ocupação social da região; d) a implementação de um desenvolvimento local alicerçado em estrutura e equipamentos urbanos (creches, centros esportivos, áreas de lazer, praças etc.) racionalmente implantados. Com relação ao contido no item c, há ali resguardada uma preocupação com o fato de que a rapidez da ocupação desta região pudesse ter acarretado problemas na organização e no comportamento das populações urbanas, “pouco integradas”, devido aos frágeis laços comunitários então existentes, e que isso se revertesse em empecilhos ao desenvolvimento da urbanidade.

Com a implantação do Plano Diretor, o Executivo e o Legislativo municipais governam, desde 1968, a partir de planejamento global e de longo prazo. Todo o processo de crescimento e desenvolvimento urbano maringaense tem sido regido pelas disposições que se encontram nos planos, que, conforme as necessidades, sofreram modificações desde a implantação, em 1968,<sup>12</sup> e funcionaram como suporte do processo segregador que definiu o espaço urbano construído em Maringá.

A intervenção do poder público na resolução dos problemas foi abrangente, resolvendo, por exemplo, o problema da existência de favelas, nas décadas de 1970 e 1980. Teve início na administração de Sílvio Magalhães Barros (1973-1977), prosseguindo no segundo mandato do prefeito João Paulino Vieira Filho (1977-1982) e finalizando no mandato seguinte do prefeito Said Ferreira (1983-1988). Os moradores das 14 pequenas favelas (próximas ao cemitério) foram transferidos para núcleos populares construídos com recursos públicos, como é o caso do bairro denominado Santa Felicidade (Profilurb)<sup>13</sup>, onde hoje se concentra grande número de pessoas cujas rendas eram e se mantêm muito baixas. As cidades de Sarandi (Jardim Independência) e Paiçandu (Vila Guadiana) também se constituíram em espaços que acolheram os desfavelados de Maringá. Nos anos 1980, outros núcleos de “habitação subnormais” (denominação que o IBGE dá às favelas) foram desfeitos com a transferência dos moradores para conjuntos habitacionais, como o Conjunto Roberto Requião (com 1.166 casas), por exemplo, construído durante a gestão de Ferreira.

Enfim, o processo de desfavelização empreendido em Maringá, além de compor os programas nacionais que financiavam tais iniciativas, constituiu-se na continuação do processo de embelezamento que sempre caracterizou o desenho da cidade, bem como na conservação do processo de segregação residencial das populações de baixa renda para fora dos espaços destinados às elites, pois as áreas onde as favelas foram se formando, na região do cemitério, são muito próximas da zona residencial principal e do centro da cidade.

---

<sup>12</sup> Segue a relação de todas as legislações que o município implantou: Código de Posturas de 24/02/1953, Lei n.º 34/59 - Plano Diretor, Lei n.º 621/68 - Diretrizes Viárias de Maringá, 1977 - Zoneamento, uso e ocupação das áreas de perímetro urbano, Lei complementar n.º 08/83 - Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento de 23/12/1991, Lei C. n.º 01/91 - Conselho de Desenvolvimento Municipal de 10/12/1992, Decreto n.º 748/92 - Novos Perímetros das Zonas Urbanas de Maringá de 23/12/91, Lei C. n.º 02/91 - Plano Diretor “Projeto Ágora de Maringá”, Lei 3051/91 - Lei C. 23/93 de 08/10/1993, Plano Diretor do Novo Centro de Maringá, Perímetros das Zonas Urbanas e arruamento do Município, Lei C. n.º 45/94 - Leis de alteração de perímetros urbanos: Lei C. 251/98 (Iguatemi, Lei C. 282/99 (Maringá), Lei C. 297/99 (Iguatemi, Lei C. 332/99 (Maringá) - Lei C. 331/99 de 16/12/99, Uso e Ocupação do Solo no Município de Maringá. Após 2000, ocorreram modificações relacionadas a coeficientes de ocupação e ampliação do perímetro urbano em Maringá.

<sup>13</sup> Trata-se do “Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados”, criado pelo Banco Nacional de Habitação em 1975, para financiar projetos que visavam resolver, entre outros, os problemas relacionados às ocupações ilegais e aglomerações não-planejadas.

À medida que, em Maringá, preservou-se o território urbano das contradições sociais aparentes, cujo símbolo maior são as favelas, pode-se inferir que o processo de segregação da pobreza foi bastante eficiente. Em nome da preservação do belo traçado, do desenho arquitetônico, das concepções urbanísticas, legitimou-se o afastamento de elementos que não poderiam compor uma paisagem tão encantadora. Nessa orquestração, os interesses dos sujeitos titulares dos capitais imobiliário, empreiteiro, concessionário (RIBEIRO, 2000) sequer aparecem, como se não existissem de fato na produção da cidade.

### 3 UM PEQUENO DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DA RMM

Após as reflexões precedentes, foi possível identificar, claramente, três movimentos distintos no processo de urbanização de Maringá. O primeiro, no lançamento das vendas dos terrenos pela companhia (CMNP), quando se buscou pautar o crescimento da cidade pelo planejamento, objetivo não alcançado plenamente, pois os loteamentos anteriores a 1968 foram distorcidos em relação ao plano inicial; o segundo movimento foi o de tornar efetivo o planejado, quando se (re)estabeleceu o crescimento conforme o desenho inicial; e, o terceiro movimento, ligado ao planejamento de grande poder controlador, integrado sistematicamente aos planos estabelecidos e (re)formulados.

Esses movimentos resultaram numa prática política que engendrou, nos últimos anos, o modelo de planejamento urbano descrito por Peter Hall (1995, p.407) como “cidade-empreendimento”, em que o planejamento convencional deixou de controlar o crescimento urbano para encorajá-lo, transformando as cidades em “máquinas de produzir riqueza”, sendo o planejador “confundido, cada vez mais, com seu tradicional adversário, o empreendedor; o guarda-caça transformava-se em caçador furtivo”.

Planejar tornou-se uma prática que escamoteia – apesar de manter o discurso da importância do planejamento para o bem da coletividade – a utilização do conjunto urbano para a manutenção e aprofundamento do enriquecimento de alguns grupos econômicos, especialmente aqueles ligados ao mercado imobiliário estabelecido em Maringá, mas que define o desenvolvimento, inclusive, do conjunto urbano do entorno da cidade-pólo da região metropolitana, pela manutenção das ações especulativas reprodutoras dos processos de desigualdade que, cada vez mais, se acirram e se evidenciam no tecido social urbano.

Em 1998 foi criada a região metropolitana de Maringá (Lei Estadual n.º 83/98), com o objetivo de buscar soluções para problemas de saúde, meio ambiente, transporte coletivo, sistema viário, saneamento básico, segurança e geração de novos empregos. Entretanto, apesar de em muitos casos esses fenômenos estarem relacionados ao conjunto que compõe a espacialidade polarizada por Maringá, jamais se conseguiu organizar qualquer planejamento conjunto, objetivo principal da implementação da região metropolitana.

A RM de Maringá se constitui de realidades municipais bastante distintas entre si que contribuem, cada qual, para a manutenção das privilegiadas características urbanas da sede, o que pode ser observado pela tabela 2.

TABELA 1 - POPULAÇÃO E RENDA PER CAPITA MÉDIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - 1991/2000

MUNICÍPIOS DA RMM <sup>(1)</sup>	POPULAÇÃO		RENDA PER CAPITA MÉDIA (R\$)	
	1991	2000	1991	2000
Ângulo	2.392	2.840	130,37	205,51
Floresta	4.527	5.122	227,61	237,04
Iguaraçu	3.299	3.598	145,35	218,31
Mandaguaçu	14.697	16.828	187,09	237,21
Mandaguari	28.086	31.395	193,50	238,95
Marialva	22.625	28.702	223,47	304,79
Maringá	240.292	288.653	327,08	465,37
Paiçandu	22.197	30.764	134,37	182,23
Sarandi	47.981	71.422	144,66	187,13

FONTE: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

(1) A Lei Complementar 018/2005 incluiu na RMM os municípios de Dr. Camargo, Itambé, Astorga e Ivatuba.

TABELA 2 - TOTAL DE DOMICÍLIOS, INDICADORES DE MAIOR E MENOR ESCOLARIDADE, DE MAIOR E MENOR RENDIMENTO E DESIGUALDADE DE RENDA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE DOMICÍLIOS	ANOS DE ESTUDO DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO (%)		RENDIMENTO DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO (%)		DESIGUALDADE DE RENDA <sup>(1)</sup>
		Até 3 anos e s/instrução	11 anos e mais	Menos de 1 SM e s/rendimento	Mais de 15 SM	
Ângulo	831	45,49	10,11	38,03	1,44	0,60
Floresta	1.476	36,52	17,89	23,17	1,83	0,56
Iguaraçu	1.029	40,43	20,41	31,39	2,24	0,62
Mandaguaçu	4.703	38,12	17,20	28,71	2,72	0,56
Mandaguari	9.167	34,29	19,01	31,34	2,52	0,57
Marialva	8.101	34,53	16,48	27,52	3,38	0,49
Maringá	84.208	20,39	36,47	14,09	9,72	0,51
Paiçandu	8.559	37,13	10,66	28,29	0,86	0,70
Sarandi	20.038	34,37	10,20	25,65	0,82	0,72
TOTAL RMM	138.112	35,70	17,60	27,58	0,27	0,59

FONTE: IPARDES (2003a)

NOTA: Dados elaborados pela autora (médias simples)

(1) Valor do rendimento mediano mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes/valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes. Considera-se que, quanto maior o índice, maior a desigualdade de renda.

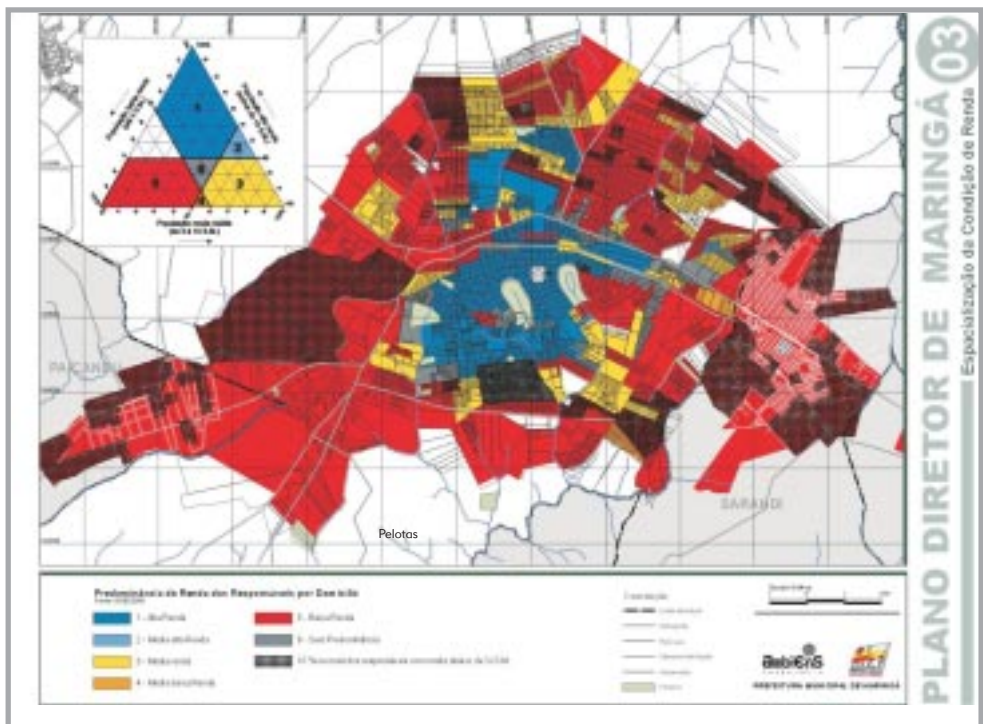
As menores rendas *per capita* na RM, em 1991, encontravam-se nos municípios de Ângulo, até R\$ 130,37, e em Sarandi e Paiçandu, entre R\$ 130,38 a R\$ 144,66. Em 2000, os três municípios mantêm, ainda, as menores rendas sob a liderança de Paiçandu, com R\$ 182,23, e Sarandi e Ângulo, com faixas que variam entre R\$ 182,24 a R\$ 205,51. Contudo, houve mobilidade de faixas pelos seguintes municípios: Ângulo, Mandaguaçu e Marialva ascenderam para faixa de renda superior, em 2000, e Paiçandu e Floresta descenderam para faixa de renda inferior, em 2000, sendo que este último município baixou duas faixas.

Ressalte-se que as faixas de rendimento inferiores e superiores guardam uma relação antagonica: enquanto 27,5% dos responsáveis pelos domicílios na região recebem até 1 salário mínimo, ou sequer têm rendimento, apenas 0,27% têm renda superior a

15 salários mínimos. Não por coincidência, também os anos de escolaridade estão relacionados às faixas de renda, sendo maiores os percentuais dos chefes de domicílio que freqüentaram até 3 anos de estudos (36%) e menores os daqueles que terminaram o segundo grau (17,6%), com exceção do município de Maringá. Destacam-se Sarandi e Paçandu com os maiores índices de desigualdade de renda da RM, 0,70 e 0,72 respectivamente.

Observa-se, na figura 4, que as rendas altas estão concentradas espacialmente no município-sede da região, com rendimentos acima de 10 salários mínimos, o que vem ao encontro do mapeamento por categorias sócio-ocupacionais, como se verá adiante. O mesmo se dá com as rendas médias, num processo de ocupação hierarquizada que descende do centro para a periferia intra e intermunicipal, e com as rendas baixas, que

FIGURA 4 - MAPEAMENTO DA PREDOMINÂNCIA DE RENDA DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO EM MARINGÁ, SARANDI E PAÇANDU - PARANÁ - 2000



caracterizam toda a ocupação da periferia maringaense e de todo o município, no caso de Sarandi e Paçandu.

A renda dos estratos mais ricos da população na RMM resulta de um processo de apropriação crescente da riqueza. Em todos os municípios da região, esse fenômeno está presente com percentuais significativos. Em 1991, a maior concentração de riqueza podia ser encontrada no município de Marialva, onde 50% da renda estava nas mãos dos 10%

mais ricos da população, e Maringá aparecia em 6.º lugar. Em 2000, o maior índice ainda se mantém em Marialva, porém a novidade é que Maringá aparece como o segundo classificado da RM na concentração de riqueza. Há dez anos, 39% da renda maringaense estava nas mãos dos 10% mais ricos e, hoje, este mesmo grupo concentra 45% de toda a riqueza produzida no município. Nos municípios de Sarandi e Paiçandu estão os menores

TABELA 3 - PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 10% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	1991	2000
Ângulo	40,21	42,21
Floresta	42,96	37,6
Iguaraçu	31,7	43,15
Mandaguaçu	44,42	40,76
Mandaguari	44,48	39,83
Marialva	48,13	49,5
Maringá	39,65	44,82
Paiçandu	28,08	33,84
Sarandi	31,79	33,69

FONTE: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

níveis de apropriação de renda pelos estratos de população mais ricos, que detêm em média 33% da renda do município (tabela 3).

Observa-se, no âmbito regional, que o município com o menor IDH é Ângulo, que, embora apresentando melhor desempenho em relação a 1991, ainda se mantém,

TABELA 4 - IDH-M DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	IDH-M		IDH-M EDUCAÇÃO		IDH-M LONGEVIDADE		IDH-M RENDA	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Ângulo	0,658	0,742	0,686	0,822	0,702	0,743	0,586	0,662
Floresta	0,729	0,773	0,789	0,896	0,720	0,736	0,679	0,686
Iguaraçu	0,686	0,740	0,766	0,839	0,688	0,709	0,604	0,672
Mandaguaçu	0,682	0,762	0,729	0,858	0,672	0,743	0,646	0,686
Mandaguari	0,705	0,791	0,772	0,888	0,690	0,799	0,652	0,687
Marialva	0,708	0,784	0,782	0,879	0,666	0,745	0,676	0,728
Maringá	0,762	0,841	0,854	0,938	0,692	0,787	0,739	0,798
Paiçandu	0,660	0,746	0,722	0,852	0,666	0,745	0,591	0,642
Sarandi	0,696	0,768	0,745	0,858	0,741	0,799	0,603	0,646

FONTE: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

em 2000, com o menor índice da RM. Em oposição, o maior índice é o de Maringá, nos dois períodos (tabela 4).

A RMM apresenta desempenho no cenário produtivo estadual, cujas melhores participações foram observadas nos setores de comércio e de serviços, respondendo por 7,1% do valor adicionado fiscal (VAF)<sup>14</sup> do setor serviços, 6,2% do setor comércio, seguidas de 2,3% na indústria e 2,2% na agropecuária. Obteve, assim, participação de 3,7% do valor adicionado fiscal total do Paraná em 2000. Esses percentuais, entretanto, estão bastante

<sup>14</sup>Trata-se do montante de impostos auferidos pelo fisco, cobrado de cada município, relacionado a um setor de atividade.



TABELA 5 - PIB PER CAPITA E PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ NO VALOR ADICIONADO FISCAL TOTAL E SETORIAL DO PARANÁ – 1999/2000

MUNICÍPIO	VALOR ADICIONADO 2000 (%)					PIB PER CAPITA 1999 (R\$ 1,00)
	Primário	Secundário	Comércio	Serviços	Total	
Ângulo	0,115	0,002	0,007	0,001	0,019	6.515,03
Floresta	0,223	0,007	0,024	1,144	0,095	6.736,82
Iguaçu	0,159	0,012	0,016	0,008	0,034	7.690,22
Mandaguaçu	0,285	0,019	0,174	0,058	0,107	4.063,80
Mandaguari	0,162	0,178	0,134	0,038	0,155	4.885,20
Marialva	0,532	0,131	0,111	0,055	0,177	6.031,04
Maringá	0,439	1,764	5,488	5,678	2,937	5.580,32
Paçandu	0,198	0,058	0,054	0,026	0,075	2.800,80
Sarandi	0,100	0,177	0,164	0,056	0,157	2.916,95
TOTAL RMM	2,213	2,348	6,172	7,064	3,756	3.528,57

FONTE: IPARDES (2003a)

vinculados ao município-sede, que participa, sozinho, com 2,9% do VAF do Estado, quando os demais ficam na faixa de participação de 0,1% ou menos (tabela 5).

O conjunto das informações apresentadas mostra as distinções existentes entre os municípios que compõem a RMM. As diversas variáveis observadas permitem constatar o que vimos afirmando acerca da periferização da pobreza no entorno de Maringá. Isto é, o município-sede preservou seu espaço urbano de uma ocupação residencial em que predominassem as baixas rendas, que se localizaram nos municípios da região, constituindo, neles, um conjunto que, em todos os níveis (urbanísticos, sociais, econômicos), se distancia bastante de Maringá.

#### 4 ESTRUTURA SOCIAL E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MARINGÁ E REGIÃO METROPOLITANA

A estruturação do espaço urbano da região metropolitana de Maringá (RMM) objetiva compor o desenho sócio-ocupacional do espaço urbano maringaense procedente da metodologia das “categorias sócio-ocupacionais”<sup>15</sup>, aprofundando além do que pode ser verificado *in loco*. A análise inclui a vertente clássica de abordagem da sociedade – baseada na oposição de classes sociais – mas também a consideração de outros fatores, como prestígio, renda e poder exercidos por um indivíduo, o que efetivamente lhe confere uma posição na hierarquia social, pois a noção que dá suporte à pretendida análise está baseada na *centralidade do trabalho* no que se refere à estrutura e funcionamento da sociedade.

Essa metodologia pressupõe a utilização da variável *ocupação* (de acordo com definição atribuída pelo IBGE) como o eixo principal para a análise da organização social do espaço, neste caso, maringaense. Isto é, a partir da atividade de trabalho exercida, com a qual o *chefe de família* provê a subsistência desta, será construída uma hierarquização social das *ocupações*, através da qual seja possível uma identificação e abordagem da

<sup>15</sup>Essa metodologia foi organizada, no Brasil, para o desenvolvimento do Projeto Finep/Pronex “Metrópoles, desigualdades socioespaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”, sob coordenação de Luiz César de Queiroz Ribeiro (IPPUR, UFRJ).

<sup>16</sup>Embora não exista no Brasil, como afirma Ribeiro (2003, p.20), “uma classificação de ocupações suficientemente testada, a metodologia do projeto (citado em nota que se segue a esta) utilizou ainda como referência trabalhos anteriores

estrutura social, conforme se apresenta pormenorizadamente na lista das categorias construídas, bem como na sua definição. As ocupações<sup>16</sup> foram agrupadas (hierarquicamente, com as cerca de 400 ocupações utilizadas pelo FIBGE) em 25 categorias sócio-ocupacionais<sup>17</sup> e estas em oito grupos maiores que constituem o sistema a seguir (quadro 1), no qual apresentam-se os dados evidenciando que a RMM, em 1991, caracterizava-se por uma estrutura social em que predominavam ocupações no segmento secundário, constituído de 24% do total dos ocupados, com destaque para os operários da indústria (7,5% na moderna e 8,3% na tradicional), seguido dos trabalhadores do terciário, com 17,8% da população ocupada, e dos trabalhadores dos setores médios, com 17,2% de participação.

QUADRO 1 - SISTEMA DE HIERARQUIZAÇÃO SOCIAL DAS OCUPAÇÕES NAS CIDADES DE MARINGÁ, SARANDI, PAIÇANDU, MARIALVA E MANDAGUARI - REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - 1991

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS (CATs)	%
Grupo das ocupações agrícolas	10,57
Ocupações agrícolas	10,57
Grupo dirigente	1,02
Empresários	0,83
Dirigentes do setor público	0,03
Dirigentes do setor privado	0,08
Profissionais liberais	0,08
Pequena burguesia	5,19
Pequenos empregadores	4,87
Comerciantes por conta própria	0,32
Grupo intelectual	13,22
Superior - autônomos	3,69
Superior - empregados	9,53
Setores médios	17,20
Escritório	4,33
Supervisão	1,96
Técnicos, artistas	2,69
Empregados da saúde e educação	0,70
Segurança, justiça e correios	7,51
Proletariado do Setor Terciário	17,73
Empregados do comércio	9,71
Prestação de serviços especializados	5,66
Serviços não-especializados	2,37
Proletariado do Setor Secundário	23,91
Operários da indústria moderna	7,49
Serviços auxiliares da economia	4,37
Operários da indústria tradicional	8,30
Operários da construção civil	1,73
Artesãos	2,03
Subproletariado	11,16
Empregados domésticos	8,26
Ambulantes	0,33
Biscateiros	2,57

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados elaborados pela autora e pela equipe Pronex-PUC/SP.

que também propuseram sistemas de classificação, com base nas variáveis ocupacionais, utilizadas pela FIBGE nos censos demográficos e nas pesquisas por amostra (Jorge et al., s.d.; Jorge et al., 1985; Valle Silva, s.d.; Valle Silva, 1973; Valle Silva, 1985)".

<sup>17</sup>As "Categorias sócio-ocupacionais" (CATs) compõem a metodologia que Ribeiro (2003, p. 20) reporta ao "Sistema de classificação das profissões na França (CSP), criado no início dos anos 50 e aperfeiçoado desde então pelo Institut National d'Économie et Statistique - INSEE, e que tem sido utilizado como instrumento de análise de temas diversos, entre eles a mobilidade social, a estrutura e as práticas de consumo, as mudanças demográficas e, mais recentemente, a estrutura socioespacial (Tabard e Chenu, 1993; Tabard, 1993)".

As atividades do comércio e serviços eram então exercidas, respectivamente, por 9,7% e 8,0% dos trabalhadores (17,7%), portanto o segundo contingente dos ocupados da região.

Verifica-se, ainda, que as atividades dos setores médios também se destacavam na composição da estrutura social da RMM, com uma participação de 17,2% (tabela 6). Embora implantada em função da expansão da lavoura cafeeira e de ser este o principal fator de ocupação e valorização das terras em Maringá e região, em 1991, as atividades

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO GRUPO SÓCIO-OCUPACIONAL, REGIÕES METROPOLITANAS E BRASIL - 1991

GRUPO SÓCIO-OCUPACIONAL	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA (%)							
	RMM	RMBH	RMRJ	RMSP	RMPA	RMC	RMR	Brasil
Grupo dirigente	1,0	1,1	0,9	1,4	0,9	1,5	1,1	0,7
Grupo intelectual	13,2	5,8	7,1	5,3	4,9	5,7	5,9	4,0
Pequena burguesia	5,1	6,7	5,2	6,1	6,8	6,8	8,0	8,9
Setores médios	17,2	25,9	27,3	27,6	26,5	25,3	25,1	22,0
Proletariado do Secundário	23,9	24,7	21,1	26,3	28,9	25,6	19,5	25,4
Proletariado do Terciário	17,7	23,1	25,2	23,6	20,7	21,4	23,1	23,6
Subproletariado	11,1	11,7	12,1	8,6	9,0	9,0	14,2	15,2

FONTE: IBGE - Censo Demográfico *apud* Mendonça (2002, p.62)

NOTA: Inclusão da RMM realizada pela autora.

secundárias e terciárias suplantavam as primárias, que congregavam 10,6% do total dos ocupados na RMM.

É considerável também o fato de o índice das atividades referentes ao setor secundário encontrar-se compatível com as médias brasileiras, pois isto poderia significar que a RMM apresenta-se como uma das regiões do interior que incorporam parte da atividade industrial que se transfere dos grandes centros.

Em oposição, com índices de participação inferiores aos das demais regiões apresentadas, encontram-se as atividades do terciário (17,7%) e as dos grupos médios (17,2%), inclusive em relação ao Brasil, que possui 23,6% dos ocupados no terciário e 22% nas atividades dos grupos médios.

Em relação aos índices da capital paranaense, os da RMM se destacam pela participação nas atividades do grupo intelectual (13,2% e 5,7% em Curitiba) e com relação aos ocupados nas atividades dos setores médios (17,2% e 25,3% em Curitiba).

Em 1991, a região metropolitana de Maringá compunha-se de uma estrutura social que, apesar de constituída de uma cidade de porte médio e outras de menor porte, guardava, em termos relativos, similaridade com as grandes metrópoles. Essa identificação referia-se à significativa presença da população ocupada nas atividades do secundário em oposição a menores percentuais de população ocupada com as atividades do terciário (apesar de este elemento ter significativa presença na estrutura econômica maringaense desde sua fundação). Todavia, o percentual de população formada pelo grupo intelectual<sup>18</sup>

<sup>18</sup>Esta presença significativa fomentou o lançamento do projeto de implantação, em 2003, do Parque Tecnológico de Maringá.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS (CATs) SEGUNDO GRUPOS SÓCIO-OCUPACIONAIS E FAIXA DE RENDIMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - 1991

GRUPO SÓCIO-OCUPACIONAL	TAXA DE RENDIMENTO (%)						TOTAL
	Até 1/2 SM	Mais de 1/2 a 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM	Mais de 20 SM	
Ocupações agrícolas	16,5	11,6	5,2	7,0	9,1	8,5	9,5
Elite dirigente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	62,6	1,0
Pequena burguesia	0,7	2,0	8,1	24,5	34,3	3,6	7,0
Elite intelectual	0,4	0,8	4,6	15,2	19,3	10,0	4,1
Camadas médias	11,9	15,8	27,0	25,5	17,4	3,7	19,4
Proletariado do Terciário	20,2	25,7	23,7	14,8	10,2	3,7	22,9
Proletariado do Secundário	12,7	28,6	26,9	12,6	9,5	7,8	24,7
Subproletariado	37,5	15,4	4,6	0,5	0,1	0,0	11,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados elaborados pela autora.

em Maringá apresenta uma média muito acima dos índices das demais metrópoles com as quais se compara (tabela 7).

Nos patamares das rendas altas, os índices percentuais de participação são os menores observados para a RMM, evidenciando que em Maringá não há nenhuma situação econômico-social singular em relação ao restante do País. A elite dirigente reúne o grupo de 1,7% dos trabalhadores maringaenses que, na sua totalidade, têm rendimento acima de 20 salários mínimos. No extremo oposto, mais da metade dos trabalhadores desta região (53%) recebe entre meio e dois salários.

QUADRO 2 - RELAÇÃO DAS AEDs DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ SEGUNDO TIPO DE ESPAÇO - 1991

MAPA	AED	TIPOLOGIA SÓCIO-ESPACIAL
1	Iguaraçu	Agrícola
2	Ângulo	Agrícola
3	Mandaguaçu	Agrícola
4	Mandaguari	Agrícola operário
5	Marialva	Agrícola
6	Vila Morangueira	Médio superior
7	Jardim Alvorada	Popular
8	UEM - HU	Superior
9	Zona 8 - Vila Santo Antonio	Médio superior
10	Zona 5	Superior
11	Zonas 1, 2, 3 e 4	Superior
12	Jardim São Jorge e Mandacaru	Médio superior
13	Conjunto Thaís - Alvorada II	Popular
14	Requião	Popular
15	Zona Sul (Parte Rural)	Médio
16	Aeroporto Antigo	Médio superior
17	Cidade Nova Copacabana 2	Popular
18	Horto Florestal	Médio
19	Olimpico - Zona Norte (Parte Rural)	Agrícola operário
20	Paçandu	Operário
21	Sarandi Centro-Sul	Operário
22	Sarandi Centro-Norte	Operário
23	Sarandi Independência	Operário
24	Sarandi Linha do Trem	Operário
25	Floresta	Agrícola

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados elaborados pela autora.

A identificação de cada região (municípios e agregação de bairros, que serviram de referência para a composição da área mais ampla, a AED) conforme um tipo de espaço resultou da análise fatorial realizada e apresenta-se a seguir (quadro 2).

Em suma, pode-se afirmar que, nas áreas que compõem a RMM, as camadas dirigentes foram identificadas como as que estão mais concentradas no espaço do tipo superior, com uma representação que concentra 62,5% de moradores da elite dirigente nas áreas superiores, todas localizadas no centro de Maringá (zona 1), nos bairros adjacentes, zonas 2, 3, 4 e 5, e nas áreas do entorno e a norte da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Em sentido contrário, em todas as demais áreas da RMM as categorias dirigentes estão com baixíssima presença, ou totalmente ausentes. No mapa social, mais adiante, observa-se que são apenas três as AEDs onde predominantemente moram as camadas dirigentes.

O tipo médio se caracteriza pela maior presença de moradores com atividades secundárias e médias. O operariado tem presença mais significativa que as demais categorias profissionais neste espaço, possivelmente porque aí está localizado o Distrito Industrial II, o maior parque industrial do município de Maringá.

Ao norte do município, a mancha urbana se estende pelo espaço do tipo popular, onde residem, principalmente, os empregados nos serviços e comércio e o proletariado secundário até o limite do perímetro urbano, a partir de onde passa a ocorrer, nos espaços rurais, uma ocupação agrícola operária, em que a metade da população residente compõe-se de uma mistura equivalente de ocupados com as atividades agrícolas e com as secundárias, prevalecendo, nestas últimas, os operários das indústrias.

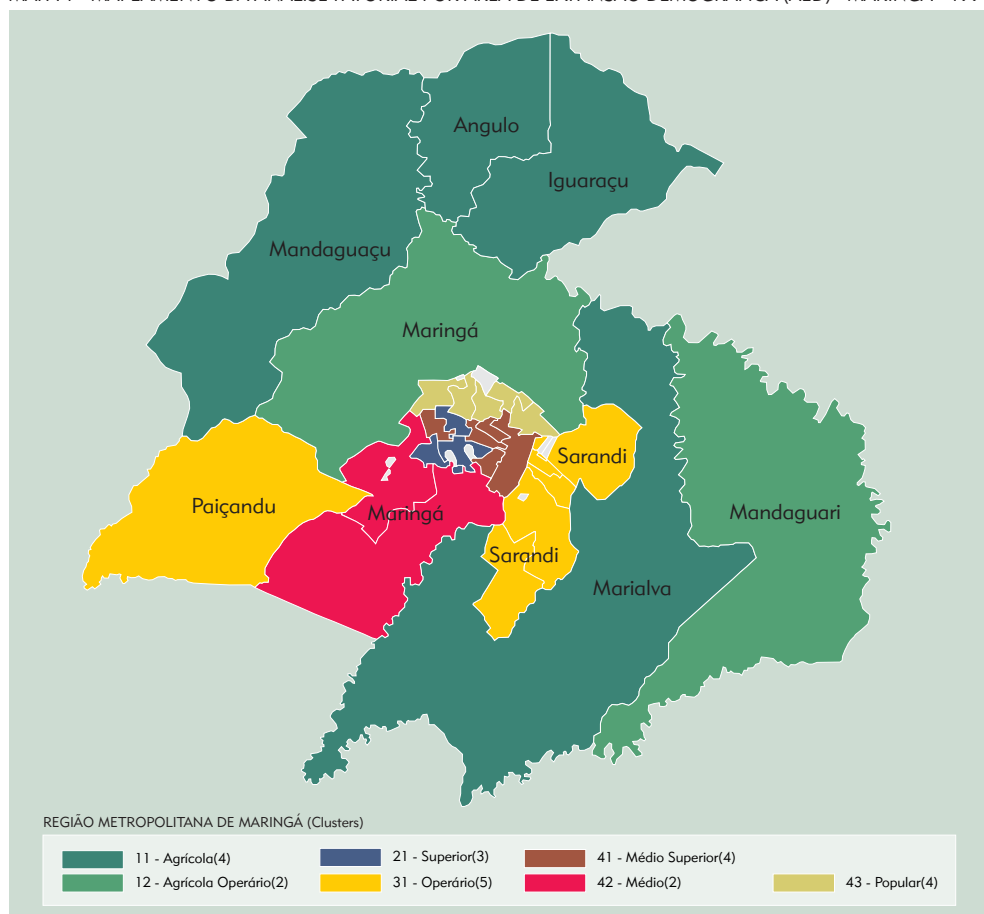
O espaço agrícola operário se compõe por 26,0% de moradores ocupados com as atividades agrícolas, 23,6% do secundário e, ainda, 18,0% de ocupados com as atividades terciárias. Destaca-se que nos limites do município de Maringá não se encontram, em 1991, áreas com moradores cujas ocupações sejam preponderantemente agrícolas, enquanto na região metropolitana, como já dissemos, há quatro municípios totalmente agrícolas: Marialva, Mandaguaçu, Ângulo e Iguaçu. Do total dos moradores ocupados, 41,3% trabalham na agricultura, o que significa que 40% de suas áreas são compostas por moradores ocupados com as atividades agrícolas. E, ainda, Mandaguari, o único município cujos moradores ocupados se dividem principalmente entre as atividades agrícolas (25,2%), as do terciário (10,3%) e as do secundário (10,1%), caracterizado como um município inteiramente agrícola operário.

Por fim, observa-se que outros dois municípios contíguos a Maringá, a saber, Sarandi e Paiçandu, concentram em toda sua área, predominantemente, a presença dos segmentos operários, o que os caracteriza como operários e "cidades-dormitório", pois neles reside boa parte da mão-de-obra demandada pelo município maringaense. Neste tipo de espaço, verificam-se altos índices de presença dos segmentos operários e populares (73%) e, inversamente, baixa presença das elites (7,2%). Isto é, os dois municípios são as áreas geográficas que sofreram o maior impacto do processo de segregação a que foi submetida toda a região metropolitana de Maringá, desde o princípio de sua constituição.

A tipologia socioespacial para 1991 apresentava um ambiente metropolitano bastante segregado a partir de uma hierarquia social intraurbana (com menor grau de

desigualdade) que descende do município-pólo para sua própria periferia, e, extrapolando-a, interurbana (com maior grau de desigualdade), para os municípios do seu entorno (mapa 1). Os espaços superior, médio superior e médio se restringem a Maringá, ao mesmo tempo em que o tipo operário (apenas com uma de suas áreas rurais do tipo agrícola operário) não compõe a configuração do município-sede. Em

MAPA 1 - MAPEAMENTO DA ANÁLISE FATORIAL POR ÁREA DE EXPANSÃO DEMOGRÁFICA (AED) - MARINGÁ - 1991



FONTE: IPARDES/IBGE

NOTA: Elaborado pela autora.

outras palavras, não há no município de Maringá áreas onde residam moradores com ocupações operárias (portanto, com os mais baixos salários), enquanto Sarandi e Paçandu são inteiramente assim constituídos.

Quando se observam os dados de renda de 1991 e 2000, constata-se que na RMM houve perda salarial em geral. O aumento das taxas percentuais de ocupados nas faixas salariais menores e o decréscimo nas atividades que remuneram melhor mostram esse fenômeno. Houve, no período entre 1991 e 2000, aumento no número de trabalhadores com renda até 2 SM, pois, por exemplo, em 1991, 20,48% dos ocupados

na região tinham rendimento entre 1 e 2 SM e, em 2000, este percentual aumentou para 37,84% na RMM.

Na composição das faixas de renda entre 2 e 3 SM ocorreu um decréscimo, respectivamente, de 17,88% para 15,87% dos ocupados, e na de 3 a 5 SM também, com uma redução de 22,7% dos ocupados nesta faixa para 14,3%. Quando se trata dos rendimentos acima de 5 SM mantém-se a queda dos percentuais na década: de 18,2% para 12,31% para os rendimentos entre 5 e 10 SM, e de 9,96% para 7,57% dos que auferiam renda acima de 10 SM.

Enfim, destaca-se o acréscimo percentual dos trabalhadores ocupados que passaram a auferir rendimentos na faixa de 1 a 2 SM em todas as áreas da RMM. A exceção encontra-se no município de Iguaraçu, que se distingue dos demais, uma vez que apresentou um aumento na percentagem dos ocupados cujos rendimentos encontram-se na faixa salarial acima de 5 SM.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tipologia socioespacial da RMM evidenciou aquilo que *in loco* é possível observar. Maringá preserva as áreas nobres, “superiores” (centrais) e, com isso, sustenta a imagem que a identifica como “cidade-jardim”, “cidade verde”, “cidade sem favelas”, “Dallas brasileira”, sem apresentar nenhum tipo de contigüidade que seja nitidamente contrastante, pois a configuração socioespacial observada no mapa mostra que os espaços médios compõem uma faixa do território maringaense que se estende ao sul, a leste e a oeste até os limites do município, congregando moradores dos vários segmentos intermediários, dividindo as classes abastadas circunscritas às áreas superiores e as classes de baixa renda localizadas fora do perímetro maringaense e no seu extremo limite norte.

As reflexões realizadas procuraram mostrar como foram enfrentados vários problemas urbanos e quais foram as iniciativas do poder público e dos agentes imobiliários que garantiram a realização do projeto idealizado para a cidade, tanto nos seus aspectos urbanísticos quanto nos socioeconômicos. E, também, de que forma as relações mais expressivas e cotidianas se dão entre Maringá, Sarandi e Paçandu, que dividem a mesma realidade cidadina, pois formaram uma única mancha urbana. Partimos do pressuposto de que a definição inicial dos lugares diferenciados para a moradia, em Maringá, foi um indicativo de segregação social do espaço já presente no seu surgimento.

Os agentes imobiliários, juntamente com o poder público, protagonizaram as definições da cidade e da região, pois, como se verificou, participaram do processo desde o princípio, através de um grande e bem orquestrado empreendimento imobiliário que resultou em alta lucratividade tanto para a primeira companhia empreendedora (CMNP) como para os agentes desse mercado que se estabeleceram desde então.

Construiu-se uma imagem da cidade de Maringá<sup>19</sup> que pesa substancialmente nas decisões políticas. Todavia, as questões sobre o espaço urbano de Maringá e a sua

<sup>19</sup> Confirmada por uma recente matéria intitulada “Do velho oeste ao paraíso”, veiculada em revista de circulação nacional (CLEMENTE, 2005) sobre violência, em que Maringá é exaltada como a cidade menos violenta do Brasil, a partir do indicador “risco de homicídio – em 100 mil habitantes”.

dinâmica de ocupação não se explicam no nível municipal. A discussão inclui, obrigatoriamente, os municípios do entorno, pois é impossível pensar, por exemplo, em políticas públicas para o município-sede, seja de saúde, de educação, sociais, urbanas, de meio ambiente, ou qualquer outra, sem avaliar as especificidades de cada município da região metropolitana como um todo, e, se possível, dos municípios da região vizinha, a RM de Londrina, cuja distância de 80 quilômetros é tão pequena que muitos problemas idênticos se esbarram todo o tempo.

O risco que se vislumbra no horizonte é o de que a recente regulamentação da Região Metropolitana (conforme Lei Complementar 688/2003) novamente concorra para benefício e esplendor, ainda maiores, de Maringá em detrimento dos demais municípios que compõem a região.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BÓGUS, Lúcia M.; TASCHNER S. São Paulo como *patchwork*. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo: Educ: Fapesp, n.1, p.42-98, 1999.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**: lei n.10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 2001. (Série fonte de referência. Legislação, 40).
- CLEMENTE, Isabel. Do velho oeste ao paraíso. **Época**, Rio de Janeiro: Globo, n.359, p.74-82, 4 abr. 2005.
- CRECI/PR. Seção Maringá. **Arquivo**. Consulta realizada em ago. 2003.
- DIAS, Reginaldo B.; TONELLA, Celene **A experiência do Legislativo municipal em Maringá – 1947-1998**. Maringá: Câmara Municipal, 1999.
- ESTRADA, Jorge Duque. **Terra crua**. S.l.: s.n., 1961.
- FERREIRA, Said. **Entrevista a Ana Lúcia Rodrigues**. Maringá, 18 set. 2002.
- GONÇALVES, José H. Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte do Paraná – 1930-1970. In: DIAS, Reginaldo; GONÇALVES, J. H. Rollo (Coord.). **Maringá e o norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 88-121.
- HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- IBGE. **Censo demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 1996. 1 CD-ROM.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002. 1 CD-ROM.



- IBGE. **Censo demográfico 2000**: microdados da amostra, Paraná. Rio de Janeiro, 2002. 1 CD-ROM.
- IBGE. **ESTATCART**: sistema de recuperação de informações georreferenciadas, versão 2.0. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM
- IPARDES. **Base cartográfica da Região Metropolitana de Maringá**. Curitiba, 2002.
- IPARDES. **Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional**: Paraná 2003a. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br> Acesso em: 30 nov. 2003.
- IPARDES. **Indicadores intrametropolitanos 2000**: diferenças socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2003b. 1 CD-ROM. Versão preliminar. Trabalho baseado no METRODATA, base de dados da rede Observatório das Metrôpoles - FASE/IPPUR/IPARDES/PUCMINAS.
- IPARDES. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense**. Curitiba, 2004. 1 CD-ROM.
- IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.
- IWATA, Sílvia. **Entrevista a Ana Lúcia Rodrigues**. Maringá, 10 out. 2002.
- KATZMAN, Martin T. Colonization as an approach to regional development: Northern Parana, Brazil. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago: University of Chicago Press, v.26, n. 4, p. 709-724, jul.1978.
- LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole**: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000a.
- LAGO, Luciana Corrêa do. O que há de novo na clássica núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000b.
- LIMA, Maurício. Dallas no Paraná. **Veja**, São Paulo: Ed. Abril, v.32, n.20, maio 1999.
- LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal, 1980.
- MARINGÁ. Câmara de Vereadores. **Arquivo**. Consulta realizada em fev. 2004.
- MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento. **Perfil da cidade de Maringá**. Maringá, 1996.
- MARINGÁ. Prefeitura Municipal. **Plano das diretrizes viárias de Maringá**. Maringá, 1977.
- MARINGÁ. Prefeitura Municipal. **Plano diretor integrado de desenvolvimento**. Maringá, 1991; 2004.
- MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria da Cultura e Turismo. **Projeto memória**. Maringá, 2004.
- MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **Censo econômico do município de Maringá**. Maringá, 2002.
- MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. **Plano diretor de desenvolvimento integrado 2004**: Maringá, 2004. Projeto de Lei em processo de envio para a Câmara Municipal.
- MENDONÇA, Jupira G. **Segregação e mobilidade residencial na região metropolitana de Belo Horizonte**. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - UFRJ/IPPUR.

MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga. Metrôpoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum?. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. **Ética, planejamento e construção democrática do espaço**: anais do IX Encontro... Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v.1, p.105-114.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Metrodata**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR: FASE. Disponível em: <http://www.observatorio.tk> Acesso em: maio 2003.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**, Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

PARANÁ. **Lei complementar n. 83/98**: institui a Região Metropolitana de Maringá. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1998.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/> Acesso em: maio 2004.

POZZA, Ramirez. **Entrevista a Celene Tonella**. Maringá, 1989.

PRETECEILLE, E. Divisão social e desigualdades: transformações recentes da metrópole parisiense. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000. p.99-119.

REIS, Osvaldo. **Maringá e seus prefeitos**: de Inocente Vilanova a Said Ferreira. Maringá: Prefeitura Municipal: Clichetec, 1996.